

Certificado de Assinatura



Informações de timestamp obtidas no NTP.br e Observatório Nacional (ON)

Baseadas no fuso horário (GMT -3:00) de Brasília, Brasil

Este Certificado de Assinatura, contendo o histório de ações, foi gerado em 28/03/2024 às 19:20:14 (GMT -3:00)



CONTRATO Nº 009_2024 - CÂMARA MUNICIPAL DE GRAVATÁ.pdf

ID do documento #dcb61b1e-0573-40c7-98ff-97c408e69a68

Assinaturas

 \odot

MARIA ALESANDRA DA SILVA OLIVEIRA

Assinou como testemunha



FABIO MARQUES DE SOUZA LEVORIN

Assinou como gestor



REINALDO SANTOS DE ALMEIDA

Assinou como gestor

Log

28/03/2024 15:13:52

DVANILDA RAMOS GOMES criou este documento de ID dcb61b1e-0573-40c7-98ff-

97c408e69a68.

8/03/2024 15:20:02

MARIA ALESANDRA DA SILVA OLIVEIRA (CPF 665.109.882-91; E-mail

maria.alesandra@telefonica.com; IP 172.70.115.185; Geolocalização -22.8982784, -47.0810624), Assinou como testemunha usando Assinatura Eletrônica. 28/03/2024 às 15:20:02 (GMT -3:00);

28/03/2024 15:52:50

FABIO MARQUES DE SOUZA LEVORIN (CPF 267.221.148-56; E-mail

fabio.levorin@telefonica.com;), Assinou na Pág. 8 como gestor usando Assinatura Digital: A1.

28/03/2024 às 15:52:50 (GMT -3:00);

28/03/2024 19:20:12

REINALDO SANTOS DE ALMEIDA (CPF 116.779.348-08; E-mail

reinaldo.salmeida@telefonica.com; IP 163.116.233.77; Geolocalização -23.658496, -46.759936), Assinou na Pág. 8 como gestor usando Assinatura Digital: A1. 28/03/2024 às 19:20:12 (GMT -

3:00);

Hash do documento original (SHA512):

57c2af05853dbfd837aa18d4bceca3ca6290f71bd14f1035d2f690ed363e3c62a20aeb5656cc9a52c12d71f1aaa6ce7f13b298abd7973fa311689c3585e8711e
Hash do documento assinado (SHA512):

a6545f8ac58eab04f90d87d6ed8620ccce2f9a0af5c2778edafe11aca2bd64980a628ce2292ab2cacb4011160b782dbd70758df0d146405eb312081e06c80878

Este histórico de ações deve ser considerado parte exclusiva do documento de ID dcb61b1e-0573-40c7-98ff-97c408e69a68, com função descrita nos Termos e Condições do Portal de Assinaturas Vivo.



(Cann Ellan Tarran)
Sala das Sesatas da Camara Vaneadora, anaña da Oliveira Costa
Prapa burbilo de Noran s/1 - 4046/fav (41) 1913-0312/1348
CEP 59641-760 - CNPJ 08140071 (901-06-0FAVATA-PE
wara camaramanicipaldegravata costala

CONTRATO Nº 009/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A CÁMARA MUNICIPAL DE GRAVATÁ E, DE OUTRO, A EMPRESA TELEFÓNICA BRASIL S/A, NA FORMA ABAIXO ADUZIDA.

A Câmara Municipal de Gravatá, com sede na Praça Rodolfo de Moraes, s/n, Centro de Gravatá - PE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08140071/0001-00, daqui por diante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Presidente da Câmara Municipal de Gravatá, o Sr. Leonardo José da Silva, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 030.174.934-80, residente e domiciliado em Gravatá/PE, e a empresa TELEFÔNICA BRASIL S/A com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini nº 1376, Bairro Cidade Monções - São Paulo - SP CEP 04571-936, inscrita no CNPJ sob nº 02.558.157/0001-62 e IE 108.383.949.112, doravante de denominada CONTRATADA, por seu representante, o Sr. Representada pelo Sr. FABIO MARQUES DE SOUZA LEVORIN, Brasileiro, inscrito no CPF nº 267.221.148-56, e o Sr. REINADO SANTOS DE ALMEIDA, Brasileiro, CPF nº 116.779.348-08, têm entre si justo e acordado, celebrar o presente contrato, tendo em vista o que consta no Processo nº 010/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Termo de dispensa n. 010/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa para o fornecimento de Serviço de Telefonia Móvel com plano de ligações ilimitadas para Fixo e Móvel de qualquer operadora do Brasil (VC1, VC2 e VC3) e SMS ilimitado para qualquer operadora móvel do Brasil, com pacote de dados com no mínimo 6GB e Serviços de gestão de linha celular digital (gerenciamento de dispositivo MDM), por dispensa de licitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência do presente instrumento é de 01 (um) ano, contado a partir da data da assinatura.
- 2.2. A prorrogação poderá ser admitida nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante a prévia justificativa da autoridade competente.
- 2.3. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite do orçamento estimado elaborado pela CONTRATANTE.
- 2.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 2.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de precos do valor remanescente, sempre que este ocorrer.





Bala das Bessões da Câmara Vereadora Josefa de Oliveira Costa Praça Bodolfo de Morais v/n - fone/fax; (81) 3533-0337/1346 CEP 55641-790 -- CNPJ 08140071/0001-00-GPAVATA-PE. www.camaramunicipaldegravata.com.br

- 2.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 2.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 2.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 2.9. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 2.10. Os preços ajustados já levam em conta todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto.
- 2.11. O preço ajustado também poderá sofrer correção desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea "d", do inciso II, do art. 124, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

- 3.1. O valor global anual deste contrato é de R\$ 17.100,00, conforme proposta da CONTRATADA integrante deste instrumento, e será quitado em 12 parcelas mensais de R\$ 1.425,00, inclusos todos os impostos, encargos, taxas, seguros e demais despesas necessárias à sua execução.
- 3.2. O pagamento será processado em até 30 dias após a apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo CONTRATANTE, por meio de nota de empenho, mediante depósito no Banco do Brasil, ag. 1622-5, conta 464-2.
- 3.3. O atraso superior a 90 (noventa) dias da realização do pagamento acima fixado incidirá no bloqueio das senhas de acesso à ferramenta, acesso este que será liberado novamente após constatada a quitação do citado débito pela Contratante.
- 3.4. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo os juros de mora calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

I = (TX/100)

365

. IZ---- J- C-II-H--E- 0040/0004

 $EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual:







www.camaramunicipaldegravata.com.br

Casa Elias Torres)

Sala das Sessões da Câmara Vereadora Josefa de Oliveira Costa

Praça Rodolfo de Morais s/n – fone/fax; (81) 3533-0337/1346

CEP 55641-790 – CNPJ 08140071/0001-00-GRAVATA-PE.

EM = Encargos moratórios;

--- J- C-11-14--=- 2040/0004

N =Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.3. O objeto que faz parte do presente contrato serão recebidos provisoriamente em até 48 (quarenta e oito) horas, contados após o recebimento da ordem de serviço ou contrato, acompanhado de Termo de Recebimento, que deverá ser conferido e assinado por representante da CONTRATANTE.







Sala das Sessões da Câmara Vereadora Josefa de Oliveira Costa Praça Rodolfo de Morais s/n – fone/fax; (81) 3533-0337/1346 CEP 55641-790 - CNPJ 08140071/0001-00-GRAVATA-PE www.camaramunicipaldegravata.com.br



- 4.3.1. Constatadas irregularidades na prestação dos serviços, a CONTRATANTE poderá:
- 4.3.1.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-los no todo ou em parte, determinando sua readequação ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 4.3.1.2. Na hipótese de readequação, a CONTRATADA deverá fazê-lo em conformidade com a indicação da CONTRATANTE, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 4.4. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral das especificações contratadas.
- 4.5. Se o acesso à ferramenta Banco de Preços, a qualquer tempo, deixar de permanecer disponível por responsabilidade da CONTRATADA, ficará esta sujeita as penalidades previstas na cláusula décima e seguintes.

CLÁUSULA QUINTA -DA FISCALIZAÇÃO

- 5.1. A fiscalização do contrato será exercida por representante da Contratante, o Sr. Roberto Alves de Medeiros Silva, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da vigência do contrato e tudo dará ciência à Contratada, conforme artigo 117 da Lei 14.133/2021.
- 5.2. A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade do licitante vencedor pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros em razão da execução do contrato em conformidade com o artigo 120 da Lei 14.133/2021.
- 5.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 6.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orcamentária:
- 3.3.90.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES

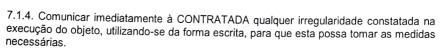
7.1 - DA CONTRATANTE

- 7.1.1.Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste contrato;
- 7.1.2. Efetivar a satisfação do crédito da CONTRATADA, nos precisos termos dispostos neste instrumento;
- 7.1.3. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto do presente pacto.

NEGOCIOS



(Casa Elias Torres) Sala das Sessões da Câmara Vereadora Josefa de Oliveira Costa Praça Rodolfo de Morais s/n – fone/fax; (81) 3533-0337/1346 CEP 55641-790 - CNPJ 08140071/0001-00-GRAVATA-PE. www.camaramunicipaldegravata.com.br



7.1.5. Zelar pelo conteúdo dos produtos contratados, não transferindo acesso ou divulgando seu conteúdo a terceiros, sem prévia e expressa autorização da CONTRATADA.

7.1.6. Notificar à CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre a intenção de aplicação de multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

7.1.7. Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

7.2 - DA CONTRATADA

- 7.2.1. Executar de acordo com sua proposta, normas legais e cláusulas deste contrato, o objeto contratado, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento de suas obrigações;
- 7.2.2. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato:
- 7.2.3. Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a
- 7.2.4. Responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente, por quaisquer danos e ou prejuízos materiais ou pessoais que venha a causar e/ou causados pelos seus empregados ou preposto, ao CONTRATANTE ou a terceiros.
- 7.2.5. Manter canal de atendimento para representá-la durante a execução do contrato e para intermediar as solicitações entre as partes, realizada sempre que possível mediante mensagens eletrônicas/e-mails, o qual deverá ser aceito pelo CONTRATANTE.
- 7.2.6. Notificar à CONTRATANTE sobre a ocorrência de quaisquer irregularidades ou sobre a indisponibilidade da ferramenta, durante a execução e vigência do contrato.
- 7.2.7. 1 Realizar a execução do objeto Contratado conforme previsto neste Termo de Referência, no Edital e Contrato, com todo zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente, resguardando os interesses da CMG, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais.
- 7.2.8. A Contratada fica obrigada a efetuar a qualquer tempo e a critério da CMG, a adequação da aquisição, por ventura apresentarem divergências com as especificações definidas neste Termo de Referência, no Edital e Contrato, sem qualquer ônus para o Poder Legislativo.
- 7.2.9. Serão de inteira responsabilidade da Contratada, as despesas decorrentes com frete, transporte e demais custos advindos da entrega, emplacamento, bem como despesas com montagem, desmontagem e remoção do equipamento novo, ou do que eventualmente for substituído e daquele que vier em seu lugar, nos prazos estabelecidos.
- 7.2.10. Apresentar as certidões mencionadas nos documentos de Habilitação, na ocasião da entrega da Nota Fiscal;
- 7.2.11 A recusa da Contratada em recolher os encargos fiscais e trabalhistas, autoriza a rescisão unilateral o presente Contrato, bem como retenção dos valores devidos a título de encargos e impostos e a contratada não terá direito a qualquer tipo de indenização, ficando ainda sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº-14.133/2021.

NEGOCIO!

Sala das Sessões da Câmara Vereadora Josefa de Oliveira Costa Praça Rodolfo de Morais s/n – fone/fax; (81) 3533-0337/1346 CEP 55641-790 - CNPJ 08140071/0001-00-GRAVATA-PE. www.camaramunicipaldegravata.com.br

- 7.2.12. Responsabilizar-se por danos ou prejuízos pessoais ou materiais que, por ventura
- venham a ser causados à CMG. 7.2.13. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 7.2.14. Obedecer no ato da entrega às condições ofertadas na proposta de preço, tais como: marca, modelo, versão, fabricante, tipo de apresentação e procedência do bem

CLÁUSULA OITAVA – BASE LEGAL

8.1. A presente contratação encontra-se fundada no art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, dispensa de licitação devidamente justificada no Processo Administrativo nº010/2024

CLÁUSULA NONA – EXTINÇÃO

- 9.1. A extinção do presente Termo de Contrato poderá ocorrer:
- a) por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento
- b) de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou decorrente de sua própria conduta; por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 9.2. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia ampla defesa e ao contraditório.
- 9.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de extinção determinada por ato unilateral da CONTRATANTE prevista no art. 139 da Lei nº
- 9.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos,
- I Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III Indenizações e multas

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

- 10.1. Em conformidade com o estabelecido nos Artigos 156 e 156 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às seguintes
- I. Pelo atraso injustificado multa de mora de até 10% (dez por cento) sobre o valor da
- II. Pela inexecução total ou parcial das condições deste CONTRATO, a Administração
- poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:
- a. Advertência;

---- 4- 0-11-14--=- 204010004

VIVO NEGÓCIOS



(Casa Elias Torres)
Sala das Sessões da Câmara Vereadora Josefa de Oliveira Costa
Praça Rodolfo de Morais s/n – fone/fax; (81) 3533-0337/1346
CEP 55641-790 – CNPJ 08140071/0001-00-GRAVATA-PE.
www.camaramunicipaldegrayata.com.br

- b. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, a juízo da Administração;
 c. impedimento de licitar e contratar com a Administração por prazo não superior a 03 (três) anos;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 10.2. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que mesma fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados de sua NOTIFICAÇÃO, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, poderá a Administração proceder à cobrança judicial da multa.
- 10.3. As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.
- 10.4. A aplicação das multas independerá de qualquer interpelação judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa, após instauração de Processo Administrativo respeitados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.
- 10.5. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

- 11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 11.3. As supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMASEGUNDA- DOS CASOS OMISSOS

12.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMATERCEIRA - PUBLICAÇÃO

12.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, em sua integralidade, no Portal Nacional de Contratações Públicas, no prazo previsto na Lei nº

VIVIO NEGOCIOS





Sala das Sessões da Câmara Vereadora Josefa de Oliveira Costa Praça Rodolfo de Morais s/n - fone/fax; (81) 3533-0337/1346 CEP 55641-790 - CNPJ 08140071/0001-00-GRAVATA-PE www.camaramunicipaldegravata.com.br

14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Gravatá, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

E estando assim as partes, justas e acordadas, assinam o presente Termo de Contrato em 02(duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produzam seus efeitos legais.

Gravatá, 25 de março 2024.

LEONARDO JOSE Assinado de forma digital por LEONARDO JOSE DA SILVA:03017493458 SILVA:03017493458 Dados: 2024.03.26 08:37:36

Câmara Municipal de Gravatá Leonardo José da Silva CONTRATANTE

Fifie Magazi Do Saga Largia

() A. POT: FABIO MARQUES DE SOUZA LEVORIN CPF: 267.221.148-56

CONTRATABA TELEFÔNICA BRASIL SA

Reinaldo-Santos De almeida A. Por: REINALDO SANTOS DE ALMEIDA CPF: 116.779.348-08

ICP

37D6E8C6-20E5-4E72-AA19-FD8EEBE254EA

TESTEMUNHAS:

(nome/CPF) (nome/CPF)



